

---

## ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

---

**Data:** 26/02/2024

**Local:** reunião online (videoconferência)

**Presenças:** Desembargadora **Luciane Cardoso Barzotto**, Coordenadora;  
Juiz do Trabalho **Rodrigo Trindade de Souza**;  
Juiz do Trabalho **Maurício Machado Marca**;  
Juiz do Trabalho **Artur Peixoto San Martin**;  
Juíza do Trabalho **Marcela Casanova Viana Arena**;  
Servidor **Aldo da Silva Jardim**;  
Servidora **Adriana Rizzoli**;  
Servidor **Jeferson Camargo Pereira**.

**Ausências justificadas:** Desembargador **João Paulo Lucena** e Juiz do Trabalho **Gustavo Fontoura Vieira**; ambos em deslocamento para o evento em Bento Gonçalves; Juíza do Trabalho **Mariana Piccoli Leirina** e Juíza do Trabalho **Ana Ilca Harter Saalfeld** em pauta pelo turno da manhã.

**Secretário(a):** Servidora **Adriana Rizzoli**

**Horário:** 11h às 12h

**Pauta:**

- 1) VIII SNC - 20 a 24 de maio de 2024;
- 2) Pedidos de criação CEJUSC's;
- 3) Assuntos Gerais.

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, às onze horas, ocorreu reunião, por meio de plataforma virtual, do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Soluções de Disputas do TRT da 4ª Região - NUPEMEC, contando com as presenças acima nominadas.

---

A reunião foi conduzida pela Coordenadora, Desembargadora Luciane Cardoso Barzotto, e registradas as deliberações, conforme segue:

**Item 1 da pauta: VIII SNC - 20 a 24 de maio de 2024** – Desa. Luciane, diz que gostaria que todos os CEJUSCs fizessem alguma atividade específica durante a SNC em maio.

Dr. Maurício Marca diz que em Caxias estão verificando a possibilidade de participação de grandes empresas como a Marcopolo e pretendem dar preferência aos processos que envolvam mulheres.

Dra. Marcela diz que no CEJUSC 2 ela já fez contato com a Petrobrás e está aguardando contato de outra advogada, para que se façam pautas específicas na SNC.

Desa. Luciane cita o assunto do mês da mulher, OFÍCIO CIRCULAR CSJT.GVP. No 004/2024 encaminhado em fevereiro pelo CSJT e diz que a EJUD já tem uma programação para o dia da mulher e que o CEJUSC deveria participar em conjunto com a Escola, pois estamos muito perto da data.

Diz que o TRT4 se candidatou para fazer a abertura da SNC e que precisamos preparar uma atividade. Diz que conversou com o Des. Lucena e encaminhou uma proposta de atividade e que pensou em algo no salão nobre com os três Tribunais do Rio Grande do Sul (TRT, TJ e TRF) fazendo uma narrativa de situações e casos exitosos de 2023 relacionadas com a conciliação. Em maio ou junho já deve acontecer um evento com os três Tribunais sobre conciliação, o que poderia ser utilizado para a abertura da SNC.

Desa. Luciane sugere ao Dr. Maurício Marca que trabalhe com alguma instituição de ensino sobre a cultura da paz em Caxias e que vai estender a sugestão para os demais CEJUSCs do interior.

Dr. Maurício Marca se compromete a manter contato com a UCS para verificar a possibilidade de fazer este movimento durante a SNC.

Desa. Luciane fica encarregada de encaminhar um e-mail para divulgar os assuntos para a SNC, bem como encaminhar o Projeto da Cultura da paz com um prazo de uns 10 dias para que os integrantes do NUPEMEC analisem o projeto da cultura da

---

paz e façam comentários e aditivos no projeto.

Desa. Luciane fica de convocar uma reunião específica sobre a semana da conciliação e outra sobre implantação de CEJUSCs e informa que está aguardando a possibilidade de ter contato direto com os colegas magistrados mediante e-mail de todos para favorecer a comunicação. Este assunto já foi encaminhado em reunião com à Presidência. Salaria que é importante ter esse canal direto para dar recados, informar cursos e dar andamento a outras necessidades do setor.

**Item 2 da pauta: Pedidos de criação CEJUSC's** – Somente Bagé permaneceu com interesse em implementar o CEJUSC e a Desa Luciane diz que acha que deve haver uma consulta ampla no caso de concordância na implantação de CEJUSCs presenciais onde houver magistrado habilitado a exercer a supervisão.

Falou na criação de CEJUSC Digital (4.0) com estrutura própria. Acha que isso contemplaria o interesse dos colegas magistrados, diz que se todos aceitarem, deve consultar a Presidência do TRT e elaborar um plano.

Salientou também que por hora devemos indeferir a implantação de CEJUSC em Estrela pois não há colegas formados para exercer a supervisão naquela cidade.

Dr. Rodrigo diz que a Presidência é totalmente favorável à instalação do CEJUSC 4.0 e que devemos aguardar para encaminhar sugestão de implantação de mais CEJUSCs presenciais.

Diz que fica difícil trabalhar com uma ideia de criação de mais CEJUSCs presenciais por conta da baixa demanda dos CEJUSCs já existentes.

Adriana se manifesta acerca da escassez de servidores e falta de verbas para chamar servidores do concurso pelo menos até o final do ano, o que inviabilizaria a implantação de novos CEJUSCs, diz ainda que entende que primeiro o TRT deveria fortalecer os CEJUSCs já existentes,

Dra. Marcela fala sobre a implementação dos CEJUSCs presenciais e que acha mais possível a implementação do Núcleo 4.0

Dr. Artur, acredita que o primeiro critério para criar novos CEJUSCs deve ser o encaminhamento de processos aos CEJUSC já existentes e acha que é complicado alterar durante o mandato dos magistrados que já estão no CEJUSC atuando, a

---

implementação de um núcleo 4.0, que deveria ser implementado, caso fosse autorizado, para a próxima administração que será eleita no final do ano.

**Item 3 da pauta: Assuntos Gerais** – Adriana levanta o assunto acerca da diminuição drástica de encaminhamento de processos para os CEJUSCs que foi constatado a partir do final do ano passado por conta da falsa notícia de que o envio atrapalha o alcance das metas por parte dos magistrados. Solicita que o NUPEMEC ou que a administração faça um esclarecimento urgente pois está impactando no recebimento de processos pelo CEJUSC de maneira a inviabilizar pautas conciliatórias em breve.

Desa. Luciane informa que já comentou o problema da comunicação sobre as metas e o encaminhamento dos processos ao CEJUSC com a Presidência do TST e TRT e inclusive com a Dra. Roberta de Melo Carvalho do TST e aguarda o retorno para liberar um esclarecimento a todos os magistrados sobre a realidade estatística.

Dr. Artur acha que não devemos aguardar mais, que já precisamos fazer este comunicado o quanto antes para os magistrados.

Diz que o estatístico conta para as duas unidades, tanto CEJUSC quanto para a Vara, pois no CEJUSC não existe “decisão”, os acordos são registrados e contabilizados somente por ata de audiência, este andamento (decisão) deve ser dado na Vara de origem quando do retorno do processo à Unidade.

Que caso a Vara não dê o andamento decisório adequado, aí sim não conta para o magistrado da origem.

Fica o Dr. Artur de responsável pela elaboração de um esclarecimento aos magistrados sobre o assunto estatístico o quanto antes.

Dr. Rodrigo diz que a contagem está sendo verificada em âmbito nacional, pois a situação, caso persista, inviabiliza os CEJUSCS em todo o Brasil. Diz que a Corregedoria está atenta e também verificando sobre o problema da contagem.

Desa. Luciane pede auxílio sobre a elaboração de um plano para a implementação do Núcleo CEJUSC 4.0, ficando sob a responsabilidade da Dra Marcela efetuar esta colaboração juntamente com a Desa. Luciane.

Dr. Rodrigo informa os ATOS dos TRTs que já tem o Núcleo 4.0 para facilitar a

---

elaboração por parte das magistradas:

TRT6 - ATO CONJUNTO TRT6 10/2023 e ATO CONJUNTO TRT6 11/2023 –  
instituem o 1º e 2º Núcleos

TRT-1 ATO CONJUNTO 08/2023

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 12h03min, sendo a ata redigida pela servidora Adriana Rizzoli e enviada a todos por meio eletrônico para validação.